



1 ABRANGÊNCIA

Aplicável a todas as unidades organizacionais e empresas contratadas.

2 OBJETIVOS

Estabelecer parâmetros mínimos de segurança para realização de trabalhos em altura

3 REFERÊNCIAS

- ✓ Portaria 3.214/78 - NR 35 (Trabalho em Altura);
- ✓ Política Saúde e Segurança do Trabalho;
- ✓ Manual de Organização das Unidades;
- ✓ Norma Técnica nº T.098;
- ✓ Formulário APR - Análise Preliminar de Risco nº FOR-PES-119;
- ✓ Formulário PT - Permissão de Trabalho em Altura nº FOR-PES-133.

4 DEFINIÇÕES

Análise Preliminar de Riscos (APR) - avaliação dos riscos potenciais, suas causas, consequências e medidas de controle.

Andaime: plataforma sustentada por estruturas provisórias ou outro dispositivo de sustentação para trabalhos em altura.

Cabo guia ou de segurança: cabo ancorado a uma estrutura onde são fixadas as ligações dos cintos de segurança.

Cinto de segurança tipo paraquedista: equipamento de proteção individual utilizado para trabalhos em altura onde haja risco de queda, constituído de sustentação na parte inferior do peitoral, acima dos ombros e envoltos nas coxas.

Permissão para Trabalho em Altura (PT) - documento escrito contendo o conjunto de medidas de controle visando à entrada e desenvolvimento de trabalho seguro, além de medidas de emergência e resgate em trabalho em altura.

Ponto de ancoragem: ponto destinado a suportar carga de pessoas para a conexão de dispositivos de segurança, tais como cordas, cabos de aço, trava-queda e talabartes. O ponto de ancoragem pode ser um simples olhal de rosca, gancho de metal, talha de viga, ou outro elemento estrutural com capacidade nominal adequada.

Sistemas de ancoragem: componentes definitivos ou temporários, dimensionados para suportar impactos de queda, aos quais os trabalhadores possam se conectar seu Equipamento de Proteção Individual, diretamente ou através de outro dispositivo, de modo a que permaneça conectado em caso de perda de equilíbrio, desfalecimento ou queda.

Talabarte: dispositivo de conexão de um sistema de segurança, regulável ou não, para sustentar, posicionar e/ou limitar a movimentação do trabalhador.

Trabalho em altura: toda atividade executada acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda. Alguns exemplos de trabalhos que podem ser realizados em altura: pintura e/ou limpeza; carga e/ou descarga; manutenção em telhados; montagem e manutenção em torres, postes e luminárias; montagem e



manutenção em silos; montagem e manutenção de reservatórios, reatores, decantadores; acesso a espaço confinado; trabalho em andaimes, plataforma aérea, balancim etc.;

Trava-queda: dispositivo de segurança para proteção do usuário contra quedas em operações com movimentação vertical ou horizontal, quando conectado com cinto de segurança.

5 DESCRITIVO

5.1 Responsabilidades

As seguintes unidades organizacionais, em conformidade com as atribuições previstas em seus Manuais de Organização e em cumprimento à Política de Saúde e Segurança do Trabalho e aos demais normativos citados no item 3, devem:

5.1.1 Da Unidade de Serviços de Saúde e Segurança do Trabalho

- Apresentar diretrizes para realização de trabalhos em altura de forma segura;
- Manter atualizado e disponibilizar os procedimentos e formulários relativos ao trabalho em altura;
- Avaliar os riscos específicos dos trabalhos em altura e definir medidas para mitigá-los ou eliminá-los;
- Avaliar a implementação da NR35 no âmbito da COPASA;
- Assessorar a elaboração de programas de treinamento relacionados a trabalho em altura;
- Definir os exames médicos a serem realizados e avaliar a saúde dos empregados, de modo a determinar se estão aptos ou não para realização de trabalhos em altura;
- Inspecionar a execução de trabalhos em altura;
- Especificar equipamentos de segurança (coletivos e individuais) para trabalho em altura.

5.1.2 Da Unidade de Serviços de Educação Corporativa

Gerenciar e apresentar as diretrizes para realização e/ou contratação de treinamentos relativos a trabalho em altura, observando-se os seguintes critérios:

- Treinamento de Trabalhador Capacitado: deve possuir capacitação inicial com carga horária de 8 (oito) horas e curso de reciclagem de 8 (oito) horas, com periodicidade bienal.

5.1.3 Das Unidades de Negócio

- Assegurar que o trabalho em altura somente seja realizado se autorizado. É vedada a designação de empregados para trabalhos em altura sem a prévia capacitação;
- Garantir que todo trabalho em altura seja precedido de Análise Preliminar de Risco (APR) e Permissão de Trabalho em Altura (PT). Estes formulários devem ser preenchidos e assinados pelos empregados capacitados e autorizado, permanecendo à disposição no local de trabalho até o término do mesmo. Após isso, eles deverão ficar arquivados por 5 (cinco) anos, sob responsabilidade da Unidade Organizacional;
- Definir as equipes e/ou empregados que deverão executar serviços de manutenção ou operação em altura, sendo vedada a realização desses trabalhos de forma individual ou isolada.
- Instalar e manter em condições de uso, os pontos e os sistemas de ancoragem para a conexão de dispositivos de segurança, tais como cordas, cabos de aço, trava-queda e talabartes, necessários aos trabalhos em altura;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento da NR-35 em suas respectivas áreas, inclusive, por parte de empregados contratados;

- f) Fornecer e garantir que todos os empregados que trabalham em altura disponham de todos os equipamentos para controle de riscos, previstos na PT.
- g) Realizar a inspeção periódica de pontos e sistemas de ancoragem, de modo a impedir o uso daqueles que apresentarem defeitos;
- h) Garantir que os empregados possam interromper suas atividades e abandonar o local de trabalho, sempre que suspeitarem da existência de risco grave e iminente para sua segurança e saúde ou a de terceiros.

5.2 Diretrizes Gerais

- a) Para realizar trabalho em altura, os empregados devem estar capacitados sobre os riscos, as medidas de controle, de emergência e salvamento e com respectivo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) apto para trabalhos em altura;
- b) Todo trabalho em altura deve ser realizado sob supervisão, cuja forma será definida pela análise de risco de acordo com as peculiaridades da atividade;
- c) A execução do serviço deve considerar as influências externas que possam alterar as condições do local de trabalho já previstas na análise de risco;
- d) Todo trabalho em altura deve ser precedido de Análise Preliminar de Risco (APR) e Permissão de Trabalho em Altura (PT);
- e) Em caso de intempéries (chuva, ventos fortes, nevoeiro, raios etc.), iluminação insuficiente e outros riscos que comprometam a segurança dos trabalhadores e da atividade, a mesma deve ser interrompida;
- f) Na proximidade de rede energizada e outras interferências, devem ser adotadas medidas de controle;
- g) Caso seja necessária a realização de resgate, deverá ser acionado o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, através do número 193.

5.2.1 Para trabalho em altura deverão ser utilizados:

- a) EPIs básicos:
 - ✓ Cinturão paraquedista com talabarte em “Y”;
 - ✓ Óculos de proteção;
 - ✓ Botina de segurança;
 - ✓ Luvas de segurança; e
 - ✓ Capacete de segurança.
- b) EPCs básicos:
 - ✓ Trava-quedas;
 - ✓ Mosquetão;
 - ✓ Para sinalização e isolamento, conforme NT T.098 (placas, cones, cerquites, tapumes e/ou grades modulares).

Observação: Se o acesso ao local de trabalho for realizado por meio de uma escada, deve-se amarrá-la numa base fixa.

5.2.2. O trabalho em altura deverá contemplar as seguintes etapas:

- a) Posse da Ordem de Serviço para realização do trabalho;



PROTOCOLO OPERACIONAL

TRABALHO EM ALTURA

CI SPPS/USSS Nº 0407/21

PRT-CSMG-2021_002/0

Vinculação DFI/SPPS/USSS

Validade 02/06/2025

Página 4 / 4

- b) Elaboração e assinatura da Análise Preliminar de Riscos;
- c) Sinalização e isolamento da área que contenha o trabalho em altura;
- d) Elaboração e assinatura da Permissão de Trabalho em Altura;
- e) Execução do Trabalho;
- f) Desmobilização (saída segura de todos os empregados).

Informações de Controle:

Versão 0 (instituição): aprovado pela Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho em 02/06/2021, conforme CI SPPS/USSS nº 0407/21.

Unidade responsável pela gestão do documento: Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho

Instância de revisão: Técnico de Segurança do Trabalho

Instância de aprovação: Unidade de Saúde e Segurança do Trabalho